



**Município da Covilhã**  
**Câmara Municipal – Divisão de Urbanismo**

**Edital**

**Verificação das condições de segurança, salubridade e arranjo estético de prédio/edificação - Convocatória para vistoria**

**Dr. José Armando Serra dos Reis**, Vereador em Permanência da Câmara Municipal da Covilhã, torna público, de acordo com o n.º 2 do artigo 90.º do RJUE<sup>1</sup>, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 112.º do CPA<sup>2</sup>, e em cumprimento do despacho<sup>3</sup> do Chefe da Divisão de Urbanismo desta Câmara Municipal proferido em 2022/03/28, que fica(m) convocado(s) o(s) proprietário(s) do prédio/edificação sito em Rua Direita n.º 35, na freguesia de Verdelhos, deste concelho, para estar(em) presente(s) no dia **26/04/2022**, pelas **10H00m**, na morada do prédio/edificação referido e ao qual deverá ser garantida a acessibilidade, a fim de serem verificadas as condições de segurança, salubridade e arranjo estético do mesmo, face ao estado de ruína em que se encontra, podendo por em perigo a segurança de pessoas e bens que circulem naquela zona.

Informa-se que, nos termos do n.º 3 do artigo 90.º do RJUE<sup>1</sup>, poderá o proprietário da referido prédio/edificação, até à véspera da vistoria, indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Alerta-se para o fato de constituir obrigação do(s) proprietário(s) das edificações a realização de obras de conservação pelo menos uma vez a cada período de oito anos, devendo o(s) mesmo(s), independentemente deste prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da segurança, salubridade e arranjo exterior, conforme disposto no artigo 89.º do RJUE<sup>1</sup>.

O processo, registado com o n.º 132/19DIV, poderá ser consultado na Divisão de Urbanismo desta Câmara Municipal, devendo para o efeito efetuar prévia marcação no Balcão Único do Município.

Covilhã e Paços do Concelho, aos 29 de março de 2022.

O Vereador em Permanência

José Armando Serra dos Reis, Dr.  
(Por despacho do Presidente da Câmara n.º 12-A/2021, de 3/11)

<sup>1</sup> Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação em vigor

<sup>2</sup> Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro

<sup>3</sup> Competência conferida por despacho do Presidente da Câmara n.º 16-A/2021, de 3/11